



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150321 - GO (2021/0217104-5)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
RECORRENTE : ANA CAROLINA RODRIGUES DA SILVA (PRESO)
ADVOGADOS : JOSÉ LOPES DA LUZ FILHO - GO028554
 KAIRO DE SOUZA LOPES - GO037337
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por ANA CAROLINA RODRIGUES DA SILVA contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS (AgRg no HC n. 5254554-52.2021.8.09.0000).

A paciente foi presa em flagrante, e o Juiz da 10ª Vara Criminal da Comarca de Goiânia – GO decretou sua prisão preventiva. Impetrado *habeas corpus* pela defesa no TJGO, o recurso foi julgado inadmissível.

Sustenta a defesa, no presente recurso de *habeas corpus*, que o Juízo singular denegou liberdade provisória à paciente, “tendo decretado sua prisão preventiva, sem justificar a imprescindibilidade do ergástulo e o estado de gravidez de 7 meses” (fl. 4).

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da liberdade provisória à paciente, impondo-se medidas cautelares diferentes da prisão ou, então, a prisão domiciliar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso – concessão de liberdade provisória –, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente